



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

Poder Legislativo


Palácio Municipal Dr. Gilberto Pessoa

REQUERIMENTO Nº. 02/10

De, 22 de Fevereiro de 2010.

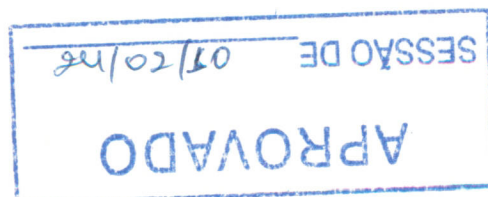
Excelentíssimo Senhor Presidente:

Excelentíssimos Senhores Vereadores:

CÂMARA M. DE STA. IZABEL DO PARA	
Protocolo nº. <u>66/10</u>	Folha <u>56</u>
H _____	Data <u>22.02.10</u>
 Protocolista	

CONSIDERANDO, que os chamados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas. No Brasil este direito apenas foi reconhecido na Constituição Federal de 1988, antes disso o Estado apenas oferecia atendimento à saúde para trabalhadores com carteira assinada e suas famílias, as outras pessoas tinham acesso à estes serviços como um favor e não como um direito. Durante a Constituinte de 1988 as responsabilidades do Estado são repensadas e promover a saúde de todos passa a ser seu dever:

CONSIDERANDO que, “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação” Constituição Federal de 1988, artigo 196, este artigo não deve ser lido apenas como uma promessa ou uma declaração de intenções, este é um direito fundamental do cidadão que tem aplicação imediata, isto é, pode e deve ser cobrado. A saúde é um direito de todos por que sem ela não há condições de uma vida digna, e é um dever do Estado por que é financiada pelos impostos que são pagos pela população. Desta forma, para que o direito à saúde seja uma realidade, é preciso que o Estado crie condições de atendimento em postos de saúde, hospitais, programas de prevenção, medicamentos, etc., e, além disto, é preciso que este atendimento seja universal (atingindo a todos os que precisam) e integral (garantindo tudo o que a pessoa precise).





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

Poder Legislativo
Palácio Municipal Dr. Gilberto Pessoa

FACE AO EXPOSTO, e com aquiescência dos nobres pares, depois de ouvido o Douto e Soberano Plenário desta Augusta e Respeitável Casa de Leis, seja aprovada a presente matéria, **REITERANDO O REQUERIMENTO Nº 06/09, de 01/06/09** que solicita a Secretária Estadual de Saúde Pública e a Governadora do Estado do Pará, a construção de um hospital Regional em nosso Município, para o atendimento de toda região Nordeste do Estado.

Sala das Sessões, 24 de Fevereiro de 2010.

JOÃO MARIA ALVES DA SILVA

Vereador.

MMRA/DCMC.

